

HUGO FARIAS DE LUNA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E INFORMALIDADE: um estudo no Setor Turístico da
Grande João Pessoa**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Sociais Aplicada
Departamento de Administração
Curso de Administração

João Pessoa/PB
2017

HUGO FARIAS DE LUNA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E INFORMALIDADE: um estudo no Setor Turístico da
Grande João Pessoa**

Documento Monográfico apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Administração da Universidade Federal da
Paraíba – DA/CCSA/UFPB, em atendimento as
exigências para a obtenção do grau de Bacharel
em Administração.

Orientador: César Emanuel Barbosa de Lima, Prof. Dr.

João Pessoa/PB
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224p Farias de Luna, Hugo.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E INFORMALIDADE: um estudo no Setor Turístico da Grande João Pessoa / Hugo Farias de Luna. – João Pessoa, 2017.
52f.

Orientador(a): Profº Dr. César Emanuel Barbosa de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – UFPB/CCSA.

1. Precarização . 2. Trabalho. 3. Informalidade. 4. João Pessoa. 5. Trabalhadores. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:658(043.2)

AGRADECIMENTOS

- Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Morgana, que durante toda minha vida, e não menos importante na graduação, não mediu esforços para me ajudar/apoiar, seja emocionalmente ou financeiramente e, principalmente, respeitando minhas decisões e escolhas para que eu me tornasse um bom administrador, com vista a um futuro de sucesso;
- Aos meus amigos de Curso de Administração do Campus I da UFPB, Clara, Rômulo, Yohana e Rivaldo, entre outros, que trocamos inúmeras horas de estudo e experiência, visando termos uma boa formação.
- Aos meus amigos da vida pessoal, Daniel, Marcelo e Fabrício que estiveram presentes desde o início do Curso, e agora verão minha graduação concluída, e a minha irmã Érica.
- Agradeço, também, a alguns professores que me inspiraram e transmitiram conhecimentos que cada um em sua área, ajudaram-me a ser um bom administrador; em especial à professora Katia Ayres, por ter acentuado minha paixão pela Gestão da Qualidade e ao Prof. César Emanuel Barbosa de Lima que além de meu professor, foi meu orientador nesta pesquisa e no qual sempre mantivemos relação de cooperação e respeito;
- E por fim, aos meus amigos e colegas de trabalho da Empresa Junior de Administração (EJA), que me propiciaram as primeiras e melhores experiências profissionais e no qual tive ótimos momentos de cooperação e trabalho árduo.

Muito obrigado!

A todos trabalhadores Informais do Setor Turístico da Grande João Pessoa, que trabalham honestamente utilizando-se de atividades simples, porém propulsoras, visando independência e vida melhor para família.

Dedico!

“[...] quando a ignorância é felicidade, é loucura ser sábio!”

Carl Sagan

LUNA, Hugo Farias de. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E INFORMALIDADE: um estudo no Setor Turístico da Grande João Pessoa**. 54 p. Monografia (Bacharel em Administração de Empresas). João Pessoa/PB - Campus I da UFPB, 2017.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar quais precarizações afetam os trabalhadores do setor turístico da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), João Pessoa é conhecida nacionalmente como uma cidade tropical e turística e anualmente recebe milhares de visitantes principalmente na estação do Verão. Devido a essa natural disposição ao turismo houve durante as últimas décadas um grande desenvolvimento dos pontos de visitação da cidade e com elas o comércio em geral e os voltados aos turistas começaram a fazer parte importante do da geração de renda na cidade. No entanto assim como em toda região que há um desenvolvimento econômico os trabalhos informais e precários também cresceram e neles atualmente vários trabalhadores desenvolvem atividades econômicas visando geração de renda, estas que até então são pouco estudadas e são o objeto de estudo desta monografia. Entender o perfil deste trabalhador e quais precariedades laborais os afetam é de fundamental importância para um desenvolvimento saudável do turismo na capital paraibana. O trabalhador informal do setor turístico da RMJP é em sua maioria composta por mulheres, e estes trabalhadores, no geral, estão em maior quantidade na região da orla e pôr do sol do Jacaré, nas posições de atendentes de bares e estabelecimentos assim como no mercado ambulante de comidas e bebidas pela região. Logo, pode-se destacar que O nível de informalidade entre estes trabalhadores é extremamente alto, chegando a números próximos dos 90% de informalidade, destacando como a área ainda é desprovida de relações de trabalho saudáveis que beneficiem os trabalhadores. Também, partindo das sete dimensões de precarização do trabalho definidas pela OIT, pode-se destacar, a partir dos resultados obtidos, as seguintes as que mais afligem os trabalhadores são as seguintes: - Precarização de Insegurança no Trabalho;- Precarização de Segurança e Saúde do Trabalhador; - Insegurança de Renda; - Insegurança de Representação. Já a Insegurança de Reprodução e Treinamento foi constatada, porém não representa um forte traço de precarização neste setor devido às atividades majoritárias serem de simples execução não demandando treinamentos específicos.

Palavras-chave: Informalidade. Trabalho precarizado. Atividade de entretenimento.

LUNA, Hugo Farias de. **PRECARIOUSNESS AND INFORMALITY IN LABOR: CASE OF TOURISM WORKERS IN JOÃO PESSOA**. 54 p. Monography (Bachelor in Business Companies Administration). João Pessoa/PB - Campus I of UFPB, 2017.

ABSTRACT

This present study goals to identify cases of precariousness in which tourism sector workers in João Pessoa Metropolitan Area (JPMA) are affected by. João Pessoa is a nationally known tropical and tourist town, which is visited by thousands of tourists annually especially on summer. Due to this natural disposition for tourism, there has been a great development of tourist points in the city and the commercial spots for public and tourists that appeared beside its area are now a huge part of the city's income. However, like in every on growth region, informal and precarious labor had also increased, leading to several informal workers developing economical activities looking to generate income, those which has not been deeply studied so far are the object of this monograph. Understanding the profile of this worker and which labor precariousness they're affected by is fundamentally important to a healthy development of the tourism on the capital of the state. The informal workers for tourism on JPMA are mostly women and generally can be found around the seafront and sunset of Jacaré waitressing tables at bars and/or also in the street market selling foods and drinks on the area. Therefore, it can be highlighted that the level of informality between this workers is extremely high, peeking approximately 90%, showing how this area is still deprived of healthy working relations that could be truly beneficial to this people. In addition, by taking International Labour Organization's seven dimensions of precarious labor as reference, we can highlight based on the obtained results that the ones who afflict this workers the most are the following: - Working insecurity precariousness; - Worker security and health precariousness; - Income insecurity; - Representation insecurity. As Reproduction and training insecurity, it has been noted but does not represent a strong mark of the labor precariousness in this sector because the majority of their activities are easily executable and do not demand specific training.

Key words: Informality. Precarious labor. Entertainment activity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Feirinha de Artesanato de Tambaú.....	24
Figura 2- Localização da Praia Fluvial do Jacaré	25
Figura 3- Localização do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha	26
Figura 4- Localização do Centro Histórico.....	26

LISTA DE SIGLAS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

RMJP- Região Metropolitana de João Pessoa

BM- Banco Mundial

ONU- Organização das Nações Unidas

IPEA –Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Aplicada

PIB- Produto Interno Bruto

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do Setor informal no PIB da América Latina.....	19
Gráfico 2 - Distribuição dos Trabalhadores Informais na América Latina	20
Gráfico 3 - Distribuição dos Tipos de Trabalho no Brasil.....	20
Gráfico 4 – Contagem de Sexo	28
Gráfico 5 – Contagem Idade.....	29
Gráfico 6 – Local de Trabalho.....	30
Gráfico 7 – Grau de Instrução.....	31
Gráfico 8 – Horário de Trabalho.....	32
Gráfico 9 – Contagem Categoria.....	33
Gráfico 10- Para quem trabalha e Situação Previdenciária.....	33
Gráfico 11 – Suficiência e Nível de Renda.....	34
Gráfico 12 –Representação Coletiva	35
Gráfico 13 – Fonte de Renda	36
Gráfico 14 – Saúde e Segurança do Trabalho	37
Gráfico 14 –Treinamento.....	38
Gráfico 14 – Participação do Trabalho e Complemento de Renda.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problematização	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Justificativa	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Conceituação e gênese do Trabalho.....	17
2.2 O Trabalho no Mundo.....	18
2.3 Trabalho na América Latina e Brasil	18
2.4 Trabalhador Informal	21
2.5 Tipos de Precarização	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 Quanto aos Fins e Meios.....	24
3.2 Ambiente de investigação.....	25
3.3 Estratégias, Amostras e Instrumentos de Coleta de Dados	28
3.4 Tratamento dos Dados	29
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 Análise Socioeconômica Geral.....	30
4.2 Análise dos Objetivos	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	47
CRONOGRAMA.....	Erro! Indicador não definido.
APENDICE	50

Capítulo I - Introdução à temática proposta

“O mundo que você anseia pode ser conquistado. Existe, é real, é possível, é seu”.

Ayn Rand

1 INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de João Pessoa/PB, doravante apenas RMJP, por estar localizada em zona costeira tropical, ter particularidades históricas e custo acessível se tornou nas últimas décadas um destino importante no cenário turístico regional e nacional, fazendo com que o setor tivesse crescimento e se tornasse importante na economia local.

Essas ocupações são desempenhadas por cidadãos e pessoas jurídicas que atuam em diversos locais, como, por exemplo: bares, restaurantes, comércio de rua, artesanato e outros papéis. Devido à natural esporadicidade da atividade em tempos de alta e baixa demanda, em função da variabilidade, também de estações, horários alternativos entre outros aspectos, o setor turístico da RMJP conta com muitos trabalhadores informais que serão o objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, corroborando com o cerne deste trabalho acadêmico, lança-se mão do aforismo de Batista (2013), ao expor que o trabalho informal tem uma importante função “absorvedora de choques no mercado de emprego” em tempos de crise como o que se está vivendo. Ainda, corroborando com esse pensamento, Machado e Hiratta (2007) já haviam afirmado que os cenários de desemprego forçam o trabalhador a se inserir em uma posição precária de trabalho como maneira de se manter ocupado e adquirir um nível mínimo de renda.

Por outro lado, Machado e Penido (2005) afirmam que o trabalho informal no Brasil é muito heterogêneo, muitas vezes é decorrente de vontades pessoais e não estão ligadas com a subsistência. O trabalho informal, em si, tem sofrido grandes mudanças desde os anos 1960, no qual segundo Machado (1993) era um amplo reduto para pessoas majoritariamente de países subdesenvolvidos, marcados pela baixa capacidade produtiva do setor privado, salários irrisórios e educação deficitária, excluindo boa parte da população economicamente ativa.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2005) afirma que esse perfil de trabalhador vem mudado desde os anos 1980, principalmente no meio urbano com a expoente complexificação das relações sociais e econômicas criando novas categorias de atividades informais, o cenário de crise

apresentados durante as décadas criam incertezas nos negócios, essa apreensão no mercado e na confiança dos investidores repercutem de forma diferenciada nas diversas atividades econômicas desenvolvidas no país, de acordo com suas características estruturais e conjunturais dadas no momento da crise (CACCIAMALI, 2000, p.6).

1.1 Problemática

O tema sobre precarização do trabalho e informalidade já é objeto de estudo há algum tempo no Brasil, devido à grande proporção que essas ocupações têm em nosso mercado. Em âmbito regional/local ainda não se tem pesquisas bibliográficas suficientes e relevantes, tornando o trabalho de pesquisa proposto importante, pois busca entender melhor esse cenário que também faz parte do cotidiano da Região Metropolitana da Grande João Pessoa, Estado da Paraíba.

Dada à complexidade quanto à variedade e quantidade de trabalhadores informais, estudos recorrentes sobre o tema buscam averiguar quantitativamente o impacto desse labor na sociedade. Em estudo realizado para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o IPEA (2004) mostra que o ganho dos trabalhadores informais nas Regiões Metropolitanas do Brasil são 62,3% inferiores à média dos que tem carteira assinada, dados como esses reforçam o que Neri (2000) afirma quando expõe que o trabalho informal como maior contribuinte para o aumento da pobreza, já que na condição de desemprego os setores mais pobres não têm outra opção senão tentar a sobrevivência através de ganhos informais.

Levando em consideração a quantidade de pessoas e diversidade de trabalhos informais e precários no setor turístico da RMJP, a pesquisa abordará a seguinte arguição-problema: **qual(is) a(s) principal(is) precarização(ões) que afeta(m) os trabalhadores do setor turístico da Região Metropolitana de João Pessoa/PB?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Descrever qual(is) precarização(ões) do trabalho atinge(m) os trabalhadores do setor turístico da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar o Perfil do trabalhador informal do setor turístico da RMJP;
- Rastrear qual o nível de informalidade no setor turístico da RMJP;
- Identificar quais as principais precarizações para o trabalhador do setor turístico;
- Expor quais as causas ou motivações da realização do trabalho informal.

1.3 Justificativa

No universo de trabalho como motor do sistema capitalista, cuja relação é na apropriação de trabalho em troca de retorno financeiro, apesar de ter sua essência mantida, houve alterações estruturais que, segundo Druk (2011), não tornam as relações políticas, sociais, trabalhistas as mesmas do no decorrer dos tempos. A compreensão das mudanças econômicas ocorridas no Século XX ajudou a visualizar o fenômeno do aumento do trabalho precário e/ou informal como fruto dessas alterações na sociedade.

Nunura (1992) afirma que a empresa capitalista formal tende a se articular com a pequena produção informal, favorecendo a subcontratação e dessa forma, a origem do setor informal não está mais na existência de excedente de mão-de-obra, porém está no próprio processo de acumulação capitalista. Tal ideia abordada considera que esta condição de ilegalidade é então resultado da incapacidade dos ocupados assumirem gastos de registro, tributos e outros custos do trabalho. Por outro lado, a informalidade imposta naturalmente nessas pequenas empresas implica na falta de proteção ao trabalhador no que se refere a seguridade social, remuneração mínima e disponibilidade de crédito (TANZI, 1982).

A Organização Internacional do Trabalho publicou um estudo citado por Forbes (1989) no qual afirma que o processo de Informalidade e Precarização fruto do empobrecimento dos trabalhadores das zonas urbanas de países subdesenvolvidos, limitam o desenvolvimento de relações capitalistas mais modernas e que a maneira de combater seria com incentivos que levassem esses trabalhadores para o setor formal da economia.

O trabalho por si só não se limita a aquisição de moeda para subsistência, por ser a base de sistemas econômicos ela afeta indivíduos, famílias e comunidades inteiras. No âmbito individual, Sennet (1998) afirma que a precariedade e informalidade corrói a identidade e promove anomia,

esse aspecto levado para as famílias impactam diretamente nos engajamentos sociais, enraizamento geográfico dos lares e em cenários mais adversos criam tensões sociais.

Isso posto, em razão da complexidade e relevância do tema no âmbito social, a pesquisa proposta na busca da resolução dos objetivos gerais e específicos em um cenário que há material pouco sistematizado e que mostre a realidade do trabalho e do trabalhador em cenário local, a pesquisa se justifica. Ainda, o entendimento de como se dá o trabalho, os tipos de precarização, perfil do trabalhador e outros aspectos inerentes ao tema poderão auxiliar órgãos públicos no direcionamento de ações que busquem minimizar os impactos dessa forma de trabalho.

Assim, delineou-se, para concretude do futuro Trabalho de Conclusão de Curso, de forma clara e lacônica, objetivos, problematização e justificativa, a fim de direcionar nesta primeira seção toda propositura de investigação e possíveis achados da pesquisa.

1.4 Conclusão da seção

Pode-se observar uma crescente e constante importância do trabalho para o homem em sociedade, em especial nas sociedades e economia capitalista. Essa relevância não se resume ao fato de subsistência ou avanço em sociedade, pois a atividade laboral também é propulsora da identidade e autoestima do homem, que ao se encontrar em situações sociais que o fazem lidar com o trabalho informal e precário o concerne um imenso prejuízo de proteção e estima social e também engajamento quanto identidade de trabalhador e renda. Isso posto, é importante, ainda, expor que para se alcançar o fundamento desta proposta de pesquisa, foi/é necessário um delineamento estrutural sólido, com a exposição de objetivos claros, problematização direcionadora e justificativa plausível, para atingir o alvo desejado e os resultados esperados.

Capítulo II – Fundamentação Teórica

“Numa época de mentiras universais, dizer a verdade é um ato revolucionário”.

George Orwell

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho informal desde sua “criação conceitual” nos anos 1970, tem sido discutida e estudada por teóricos ao longo das últimas décadas. Um dos principais norteadores de estudos sobre o tema é a Organização Internacional do Trabalho (OIT) agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Conferência Internacional do Trabalho realizada em 2002, buscou nortear o conceito que, segundo o órgão, não é universalmente aceita se tratando de economia informal; ou seja, a OIT define trabalhador informal como “trabalhadores que exercem sua atividade sem proteção social, garantia de assistência de saúde, estatuto jurídico, direitos e liberdade de associação” incluindo labor em empresas próprias, de outrem ou cooperativas.

Essa associação entre informalidade e pobreza, segundo a resolução da Conferência Internacional do Trabalho, “é composta, em sua maior parte, de trabalhadores que atuam por conta própria, que são vulneráveis e carecem de segurança como os assalariados, e passam de uma situação a outra. Sofrendo de falta de proteção, de direitos e representação, esses trabalhadores são frequentemente atingidos pela pobreza”.

Já o Banco Mundial, em artigo publicado em 2007, afirma que “as evidências dos padrões de mobilidade, motivações, auto avaliação dos benefícios e da satisfação com o emprego dos trabalhadores indicam que a maioria dos trabalhadores por conta própria informais (cerca de dois terços) iniciou sua atividade de modo voluntário, atribui um valor significativo aos benefícios não-pecuniários do trabalho autônomo e escolhe “sair” dos sistemas formais de proteção social”.

Em um cenário de economia dinâmica em centros urbanos, as causas e perfis dos trabalhadores se mostram pouco homogêneos, no geral evidenciando uma não associação, via de regra, entre trabalho informal com precariedade.

2.1 Conceituação e gênese do Trabalho

O trabalho ao longo da história tem tido diversas interpretações e pesos sociais, em tradições judaico-cristãs em seu primórdio o trabalho era dado como um infortúnio produto do pecado como descrito na bíblia "*Comerás o pão com o suor de teu rosto*" (Gn. 3,19). Essa visão do labor diário se estende à outras culturas e era usada de forma sistemática como forma de punição e dominação como por exemplo pelos escravos de dívida na Roma antiga ou os escravos de Guerra.

A afirmação de Sergio Lessa (1990 apud LUKÁCS, 1999, p.36), "[...] a categoria trabalho é a protoforma do agir humano" nos traz a ideia do trabalho como essencial na formação e vida do homem, é o meio mais viável para satisfação das necessidades, anseios e evolução dele na sociedade.

VÁZQUES (2000) aponta que essa visão de atividade laboral como fardo fez com que nenhum pensador antigo o visse o trabalho como fonte de riqueza, visão essa que a partir do Século XVII, com o desenvolvimento da ideia de propriedade privada por Rosseau foi-se abandonando a ideia do trabalho como fardo da existência e observando os produtos e benefícios do mesmo, a ideia que o homem poderia tornar o trabalho como produto do seu bem estar e não-dependência de outrem ou da natureza.

Pela reforma protestante o trabalho foi visto como forma de salvação e execução do propósito de Deus, essa ideia fundamentou estados que incentivavam a subserviência de homens livres travestidos de "aplicação das capacidades humanas no propósito divino". Essa mudança de concepção propiciou grandes desenvolvimentos das cidades, agricultura e foi o precursor de muitos valores ocidentais modernos.

Nos tempos atuais, a ideia que "tempo é dinheiro" perdura em todas as esferas que atingem o homem, sociais, individuais, familiares, comunitárias e tornam todas as atividades humanas designadas para produção ou manutenção dela transformando o simples labor como algo pessoal e intrínseco à personalidade e identidade do homem.

A ideia do trabalho como reprodução social do homem é destacada por Lessa (1999, p.25) no seguinte trecho:

[...] todo ato de trabalho resulta em consequência que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele possibilita o desenvolvimento das capacidades

humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torne cada vez mais desenvolvida e complexa.

2.2 O Trabalho no Mundo

Em âmbito global, Kalleberg (2010) afirma que fatos como a tendência em países subdesenvolvidos de adotarem políticas neoliberais, automatização da produção, crescimento do individualismo em detrimento a ações sindicais, contribuíram para uma precarização e informalidade no mundo todo, em especial em países pobres.

As mudanças globais de cunho produtivo como a descentralização da produção nos Estados Unidos, devido à emergência de potências como Japão, Coréia e Tigres Asiáticos aumentaram, exponencialmente, a globalização tornando viáveis mudanças de local de produção, gerando desemprego em países tidos como “caros para produzir” gerando um êxodo de empresas em busca de países com mão de obra barata.

Nesses cenários de mudanças macroeconômicas o trabalhador médio na necessidade de subsistência própria e da família deixa de exigir trabalhos seguros e legais em troca de posições menos favorecidas que o tragam algum tipo de remuneração, segundo Pontes (2010, p.17):

“[...] na atual fase de acumulação do capital, as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam, simultaneamente, sua organização e as relações sociais nas quais ela se insere, refletindo fortemente na relação entre trabalho formal e informal [...].

Essas macro-mudanças no modo de produzir se iniciaram nos anos 1970 e deram liberdade para os empregadores buscarem relações de trabalho mais flexíveis, impactando diretamente o emprego local e forçando os trabalhadores a aceitarem posições de baixa remuneração para sua sobrevivência seja como atividade secundária ou principal no sustento da família.

2.3 Trabalho na América Latina e Brasil

Na América Latina e mais tardiamente o Brasil nos anos 1990, o crescimento de políticas neoliberais que resultaram em reestruturações sociais e econômicas, que segundo Kalleberg (2010)

enfrentou um crescimento do mercado informal e as consequências disso impactam na vida social até hoje. O Gráfico 1 que mostra a participação do trabalho informal no Produto Doméstico Bruto (também conhecido como Produto Interno Branco).

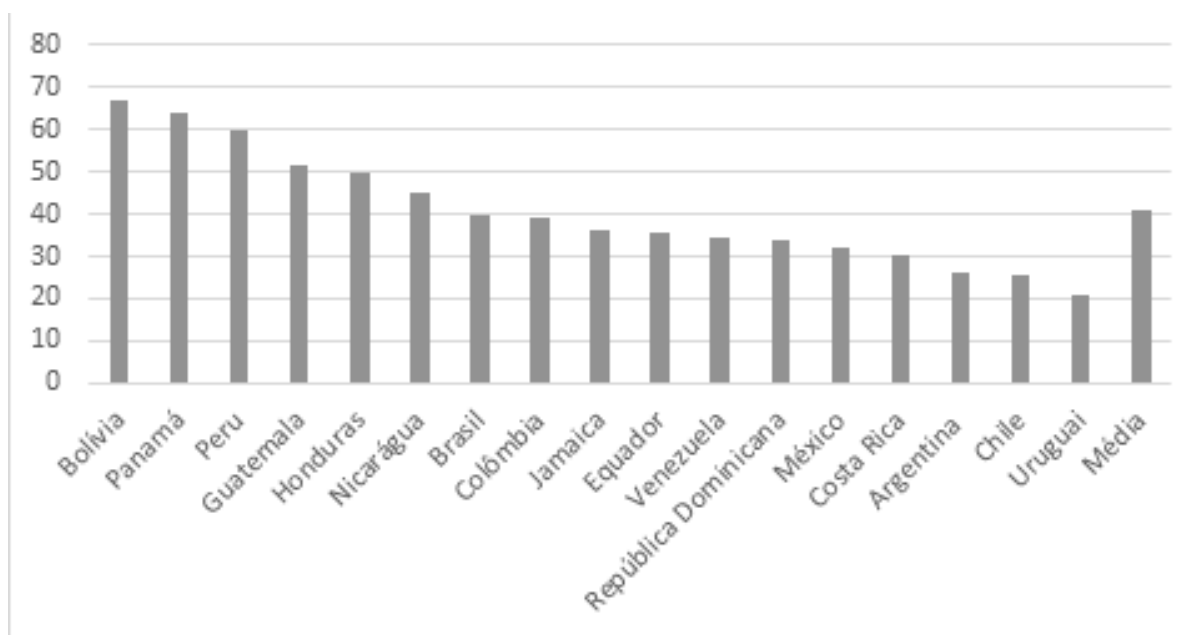


GRÁFICO 1: Participação do Setor informal no PIB da América latina
Fonte: Schneider, (2002).

O Brasil encontra-se na média da América Latina, em geral mostrando uma grande participação no Produto Interno Bruto, as atividades informais apesar de movimentar em rendimento médio menos que o setor formal ainda mostra um papel relevante no desenvolvimento econômico nacional.

Já os dados do Banco Mundial, mostram as semelhanças entre os países latinos quanto à importância grande do setor informal na distribuição de trabalhadores em áreas urbanas, evidenciando um traço em comum nas economias Latinas que é marcada pelo alto índice e dependência de trabalhadores informais.

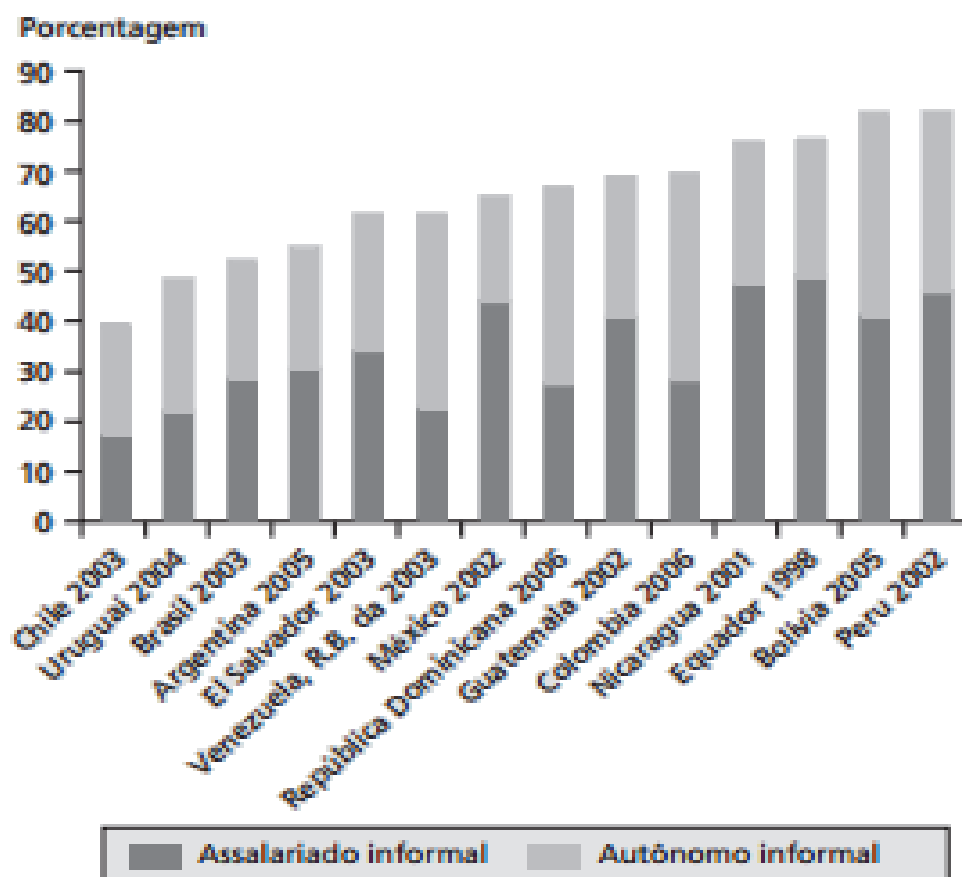


GRÁFICO 2. Distribuição dos Trabalhadores Informais na América Latina
Fonte: Banco Mundial, (2007).

Dando sequência as informações do mercado informal em nível mundial, é importante expor, também, os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento que mostram que os trabalhadores informais têm caído, principalmente devido ao aquecimento da economia vivido na última década e de esforços para regularização de pessoas que antes exerciam suas atividades sem proteção da previdência social.

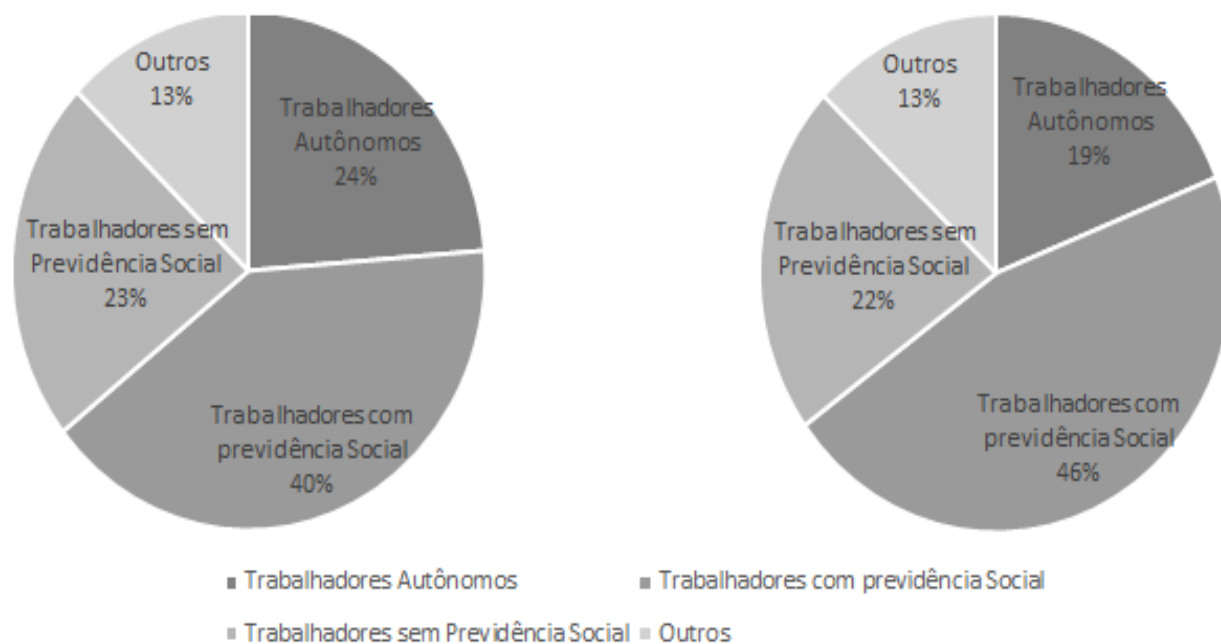


GRÁFICO 3: Distribuição dos Tipos de Trabalho no Brasil
Fonte: Inter-American Development Bank, (2006)

Em âmbito local, não foram constatadas pesquisas que mostrem a realidade da situação distributiva do trabalho na RMJP, tampouco centralizada no setor turístico. Os dados em nível nacional serão importantes para ter-se uma base do que se pode esperar da realidade regional e após a pesquisa comparar-se com o setor que estudado.

2.4 Trabalhador Informal

A pesquisa usará o conceito de Trabalho informal adotado pela OIT, que afirma que: “trabalhadores que exercem sua atividade principal sem proteção social, garantia de assistência de saúde, estatuto jurídico, direitos e liberdade de associação” (MACHADO, 2009). Essa definição é usada pela OIT nas últimas décadas nos estudos sobre mercado de trabalho e desenvolvimento econômico que também é usada pelo Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA) em âmbito nacional nas pesquisas de mercado de trabalho.

2.5 Tipos de Precarização

A OIT na definição de “Emprego Decente” coloca trabalho precário como o mais baixo na escala de Decência de Trabalho, caracterizando-o por:

- Rendimento Irregular;
- Seguridade Inexistente;
- Sem Diálogo e Estima Social;
- Marginalidade no Bem-Estar social;
- Desqualificação;
- Conteúdo Laboral Nulo e sem uso de Informações;
- Relação Pura de Sobrevivência.

Diante das inúmeras características inerentes ao trabalho precário, a OIT criou sete dimensões de precariedade, sendo elas não mutuamente exclusivas podendo ser causa uma da outra.

I Insegurança do Mercado de Trabalho: Falta de Oportunidade de Emprego

II Insegurança do trabalho: Proteção inadequada contra a perda do emprego ou despedida arbitrária.

III Insegurança de Emprego: Inabilidade de Continuar em uma ocupação particular devido à falta de Delimitações de ofício e qualificações de trabalho.

IV Insegurança de segurança e saúde: Condições precárias de segurança operacional e saúde.

V Insegurança de reprodução de experiência: Falta de acesso à educação básica e treinamento.

VI Insegurança de Renda: Nível inadequado de renda, nenhuma ou pouca garantia de recebimento atual e futura além da falta de perspectiva de alinhamento da renda com o necessário para sobrevivência.

VII Insegurança de representação: Falta de Direitos individuais e coletivos, sendo essa a principal causadora das inseguranças citadas anteriormente.

As precarizações apresentadas pela OIT possuem diferentes naturezas e dependendo dos setores ou cargos exercidos possuem relevâncias diferentes, porém é importante destacar a necessidade deste parâmetro, pois ele é referência mundial nos estudos de precarização do trabalho e informalidade.

Durante a pesquisa foram abordadas questões a fim de identificar os perfis dos trabalhadores, ocupações e outros aspectos que a partir delas poderemos traçar quais precarizações são mais impactantes na realidade do trabalhador do setor turístico da RMJP, assim como quais delas são as mais latentes no trabalho local destas pessoas.

2.7 Conclusão do Capítulo

A fundamentação teórica aqui apresentada teve como objetivo contemplar os conceitos que necessitam um entendimento para construção e fundamentação da pesquisa. Ela é baseada em diversos autores da área do tema, que ao longo das últimas décadas puderam trazer algumas percepções sobre o assunto seja em âmbito filosófico, sociológico, psicológico assim como retratos mundiais e nacionais da precarização informalidade.

Pode-se destacar principalmente os seguintes pontos que abordados no Referencial Teórico: Origem do Trabalho, Trabalho em sociedades capitalistas, execução laboral e atividades econômicas como propulsão social e identidade do homem, Definição de precarização, Esferas e fundamentos adotados pela OIT, entre outras abordagens que se tornam indispensáveis para construção da ideia e execução da pesquisa.

Capítulo III - Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

“Para todas as coisas, há uma estação e existe um tempo para cada propósito sob os céus”.

Eclesiastes 3-1

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a apresentação dos conceitos sobre precarização do trabalho, usar-se-á as ideias auferidas na etapa de referenciação teórica para desenvolver a pesquisa junto aos objetos que no caso da proposta nessa monografia serão os trabalhadores informais do setor turístico da grande João Pessoa/PB. Este passo delimitará o tipo de pesquisa, fonte de dados, tipos de coleta, amostragem, características da amostra e principalmente como será dada a análise de dados a fim da solução da problemática apresentada no início do trabalho.

3.1 Quanto aos Fins e Meios

Roesch (2009) afirma que se o projeto de pesquisa visa medir as relações entre variáveis, analisar resultados e se fizer valer de amostras é a mais verossímil de uma pesquisa quantitativa, porém a abordagem unicamente quantitativa não mostra-se totalmente eficaz para solução do problema da pesquisa. Silva (2001) afirma que a pesquisa que busca enfatizar os termos da origem de ser de algum problema e faz uma relação entre o mundo real e o sujeito mostra-se como qualitativa, visto que a pesquisa questão busca entender melhor a realidade dos trabalhadores informais da RMJP subsidiando uma melhor compreensão do meio e modo em que vivem e abrange ambos os modos foi indutivamente adotada como quanti-quali.

A conjuntura descrita no TCC em questão optou-se uma pesquisa exploratória pois desta forma se trataria de um estudo inicial, Malhotra (2006) afirma: “Dada às características do processo de pesquisa, as constratações da pesquisa exploratória devem ser consideradas como ensaios, resultados não definitivos ou como dados para pesquisas posteriores” dado que não há materiais relevantes sobre o tema em âmbito regional uma pesquisa exploratória condiz com a proposta deste trabalho.

3.2 Ambiente de investigação

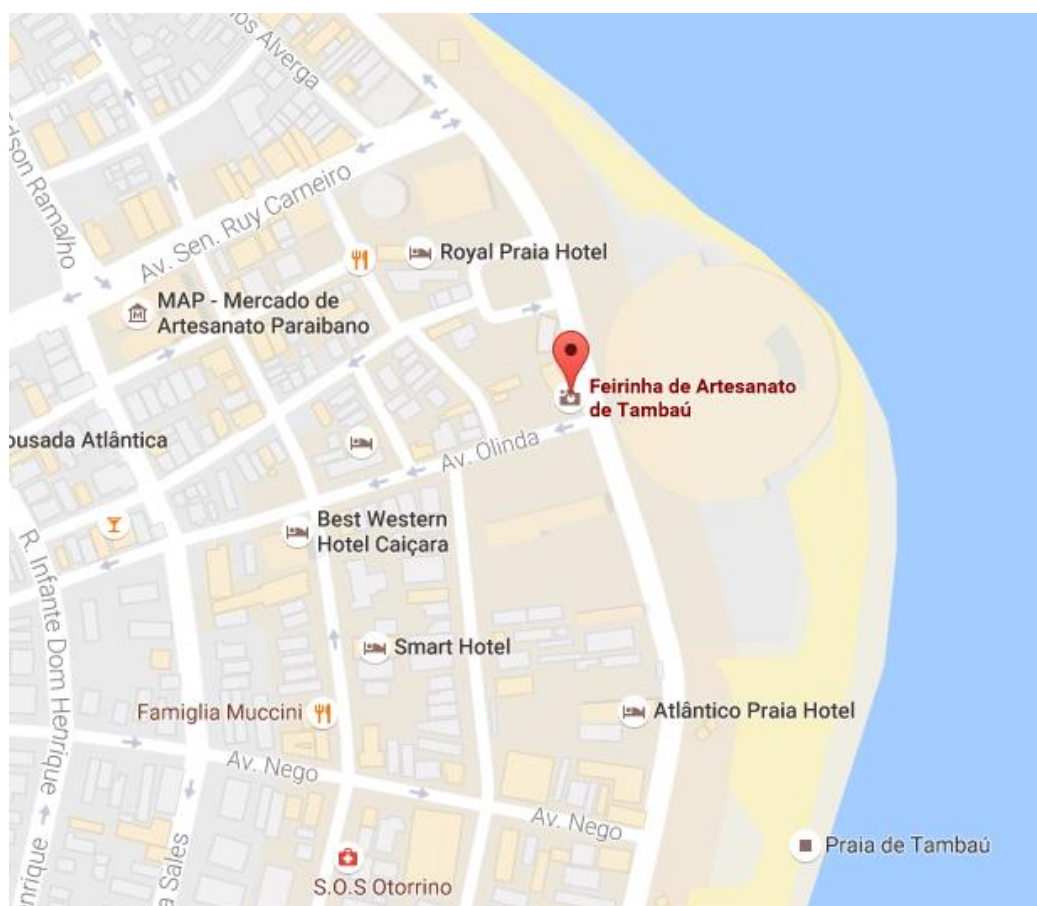
3.2.2 Locais de Investigação

A Região Metropolitana de João Pessoa possui vários locais turísticos, a escolha dos locais foi dada pela importância no cenário turístico e pela grande movimentação de visitantes regularmente, os locais escolhidos foram:

3.2.2.1 Feirinha de Artesanato de Tambaú

Localizada próximo ao hotel tambaú, o local é ponto de encontro para reunião de amigos, compras na própria feirinha, alimentação e entretenimento com artistas de rua.

Imagem 1: Localização da Feirinha de Tambaú



Fonte: Google Maps 2016

3.2.2.2 Praia Fluvial do Jacaré

Local conhecido pelo famoso por do sol que atrai turistas do mundo inteiro e no local possui atrações como restaurantes, bares, artistas de rua e vendedores de artesanato

Imagem 2: Localização da Praia do Jacaré

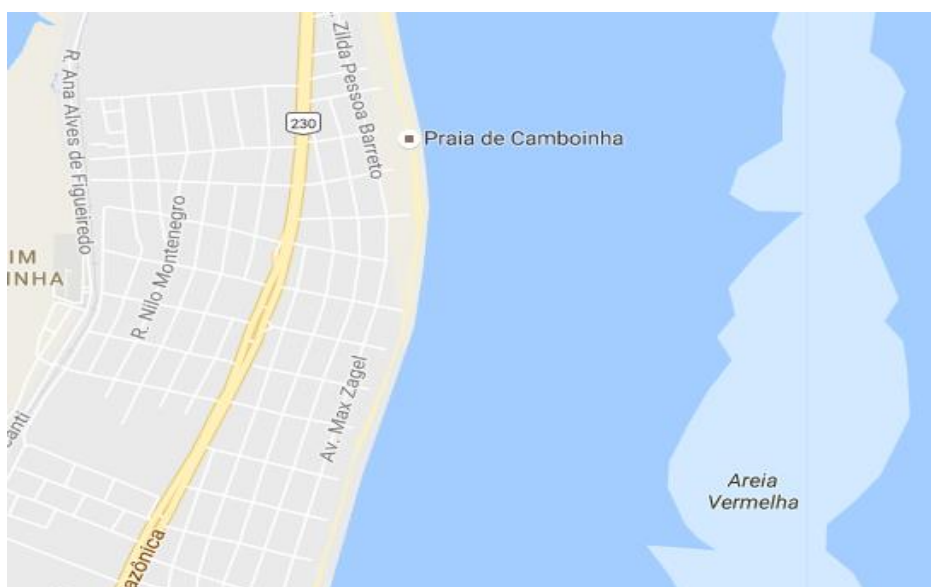


Fonte: Google Maps 2016

3.2.2.3 Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha

Pequena ilha formada durante as marés baixas, é visitada por vários turistas que tem acesso ao local por barcos que saem da praia de Camboinha no município de Cabedelo, o local apresenta vários Bares fluviais que atuam enquanto a ilha está apta para visitação.

Imagem 3: Localização do Parque Marinho Areia Vermelha



Fonte: Google Maps 2016

3.2.2.4 Centro Histórico de João Pessoa

Local visitado por turistas que buscam observar os monumentos históricos da cidade antiga e também pela sua vida noturna em bares que ficam abertos na região atraindo durante os fins de semana muitas pessoas que estão em busca de diversão e festas.

Imagem 4: Localização do Centro Histórico



Fonte: Google Maps 2016

3.2.1 Sujeitos de Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa que serão estudados são os diversos trabalhadores do setor turístico da região metropolitana de João Pessoa, destes podemos destacar as seguintes profissões/ocupações:

- Vendedores Ambulantes de Comida/Bebida;
- Garçons/Atendentes;
- Artesãos de Rua;
- Artistas de Rua;
- Demais trabalhadores identificados durante a Investigação.

3.3 Estratégias, amostras e instrumentos de coleta de dados

O instrumento para a coleta de dados foi por questionários contendo 16 questões, disponibilizado no apêndice. O questionário o qual é caracterizado como documento através do qual serão registradas as perguntas e as respostas dirigidas aos entrevistados. Com efeito, todo e qualquer formulário usado para coletar e registrar as informações pode ser chamado de instrumento de coleta de dados (MATTAR, 2001).

O questionário foi de cunho unicamente acadêmico, e a pesquisa se deu durante todo o primeiro de 2017 foi aplicado pessoalmente através de entrevista dirigida e registradas via Google Docs para facilitação do manuseio posterior, na busca de se facilitar a disponibilidade de amostra e também abranger o maior número possível, a fim de retratar de forma fidedigna a realidade local.

A seleção de amostra se deu por quotas que segundo Cochran (1965, p.11) “É a forma mais usual de amostragem não probabilística. Neste caso, são consideradas várias características da população, como sexo, idade e tipo de trabalho as variáveis mais comuns são áreas geográficas, sexo, idade, raça e uma medida de nível econômico”.

A escolha dessa amostra por quotas se deu, principalmente, pela inexistência de dados quantitativos sobre os trabalhadores informais em âmbito regional e no setor turístico

especificamente. Kinnear & Taylor (1979) afirmam que as amostras por quotas são bastante úteis em cenários que amostras probabilísticas são desconhecidas, características de quotas definidas e em estágios preliminares da pesquisa, e se for realizada com muito cuidado pode fornecer respostas definitivas ou muito próximas da realidade pesquisada.

As estratégias de coleta e manutenção dos dados serão de visitação durante diferentes horários, informar ao entrevistado que a pesquisa é sigilosa e que não contém dados pessoais assim como seu uso será unicamente para uso acadêmico assim como será solicitado a gravação da voz durante a entrevista para futuras análises caso algum dado se perca durante a aplicação do questionário.

3.4 Tratamento dos Dados

Na análise dos dados o método escolhido foi o de análise de dados que é definida como uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de um conteúdo manifesto da comunicação (MALHOTRA, 2016, p.16).

Para tabulação dos questionários será usado o software Microsoft Excel que após aplicação de formulas resultará em cruzamento de dados que podem descrever estatisticamente os questionários coletados e com eles extrair informações de cunho quantitativo sobre os aspectos da precarização do trabalho no setor turístico da RMJP.

2.5 Conclusão do Capítulo

Os Procedimentos metodológicos de uma pesquisa, de forma geral, mostrará os caminhos que foram apontados como 'norte da pesquisa', e neles rigidamente se delimitará a fim de obter os melhores e mais fidedignos resultados junto aos dados coletados na população estudada. Na próxima etapa observar-se-á como os dados foram organizados e interpretados de acordo com as tabulações dos questionários.

“A dúvida é o princípio da sabedoria”.
Aristóteles

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

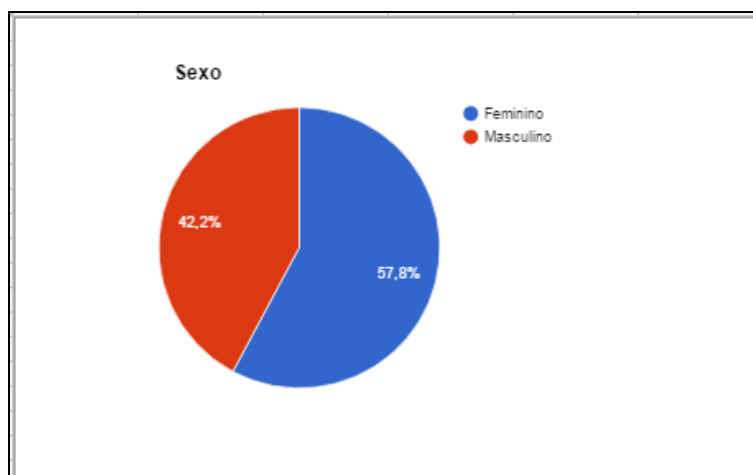
A análise que aqui será apresentada é fruto direto dos procedimentos metodológicos apresentados no Capítulo III, imediatamente anterior, bem como embasa no Capítulo II. A pesquisa aplicada com 67 (sessenta e sete) trabalhadores nos diversos locais citados na seção 2.3, e a partir do momento da tabulação e geração dos Gráficos que retratam a realidade destes trabalhadores, foi-se mostrando claras as conexões laborais de informalidade do Trabalho na RMJP. Assim, como divergências, em certos momentos, com o referencial teórico, baseado majoritariamente em enfoques nacionais que como já comentado é extremamente pobre no âmbito de realidades locais; portanto, pode-se observar a seguir realidades que convergem e divergem com a literatura adotada, destacando nuances do setor que não puderam ser notadas nos textos base para essa monografia.

4.1 Análise Socioeconômica Geral

Estes questionários puderam mostrar algumas realidades concomitantes com as realidades observadas em outras pesquisas de níveis nacionais, dada a ausência de estudos prévios sobre o perfil específico e, principalmente, em realidade local, analisar-se-á os seguintes dados:

4.1.1. Gênero

Gráfico 4: Contagem de Sexo



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Os dados do Gráfico 1, aponta uma participação majoritária de mulheres atuando no setor informal do Setor Turístico da RMJP, diverge dos dados mostrados em pesquisas do IBGE (2014) que mostram uma participação minoritária das mulheres no mercado de trabalho, visto que naquela pesquisa as mulheres ocupavam 43% dos postos de trabalho no Brasil 2013.

Por outro lado, o fato da natureza do trabalho ser majoritariamente informal e precária, observa-se uma concordância na literatura na qual mostra que o trabalho feminino é duramente penalizado em suas atribuições. Historicamente, os níveis de emprego e renda destes diferentes grupos de trabalhadores resultam de alterações diversas, e particularmente a condição feminina acabou por apresentar os maiores números de informalidade e ocupações desvantajosas de acordo com Kon, (2004). Outra autora que expões sobre estudos das relações femininas e mercado de trabalho, corrobora a arguição no seguinte trecho,

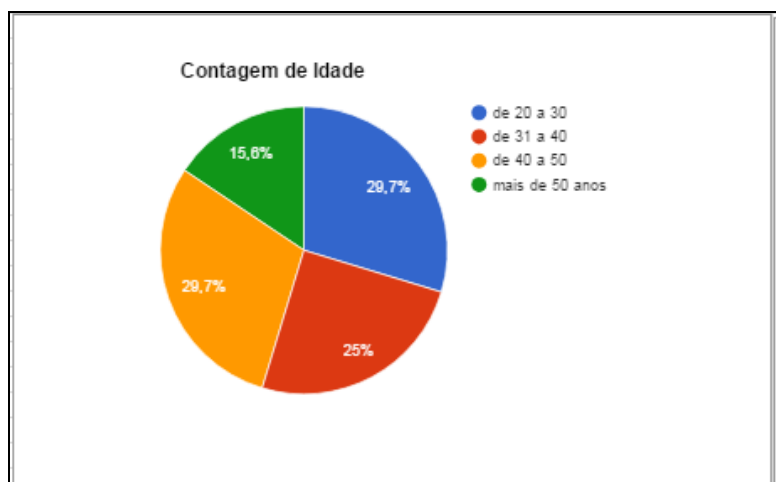
[...] esses indicadores vão no sentido de uma forte divisão sexual da precariedade, porque as mulheres são mais numerosas que os homens no trabalho informal de um lado, no trabalho de tempo parcial do outro; o número de horas trabalhadas das mulheres é inferior, inclusive no Brasil, pelas estatísticas oficiais. Elas continuam nos postos e níveis cada vez mais baixos na escala de qualificação (HIRATA, 2008, p.26).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015, realizada pelo IBGE mostra a desigualdade de gênero em âmbito do trabalho, embora a renda média das mulheres tenha crescido por vários anos consecutivos, em 2015 elas ainda representavam 67,1% da

remuneração dos homens. As mulheres foram apontadas, neste mesmo ano, como 51,3% da população em idade ativa, mas apenas 42,6% dos ocupados e 58,3% dos desempregados.

4.1.2 Faixa etária

Gráfico5: Contagem de Idade



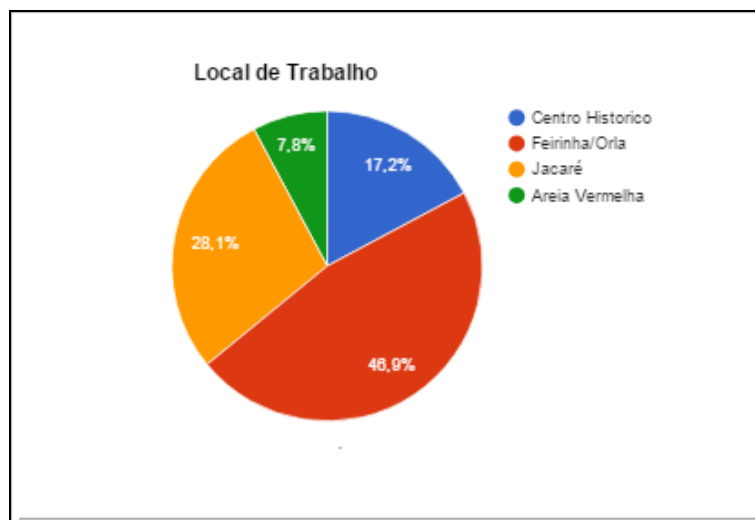
Fonte: Pesquisa direta (2017).

A População Economicamente Ativa (PEA) é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

As idades médias dos trabalhadores do setor mostram uma heterogeneidade, visto que entre as camadas mais jovens dessa população o desemprego é maior. Sabendo disto, esperava-se uma proporção maior de trabalhadores informais nas faixas etárias entre 20 e 30 anos, que segundo Pena (2008) são de longe a população que mais sofre no cenário de crise dada a pouca experiência de mercado os forçando a assumir posições precárias, o dado coletado na pesquisa, porém, mostra que este tipo de trabalho não se encontra majoritariamente em uma faixa etária.

4.1.3 Local de Trabalho

Gráfico 6. Local de Trabalho



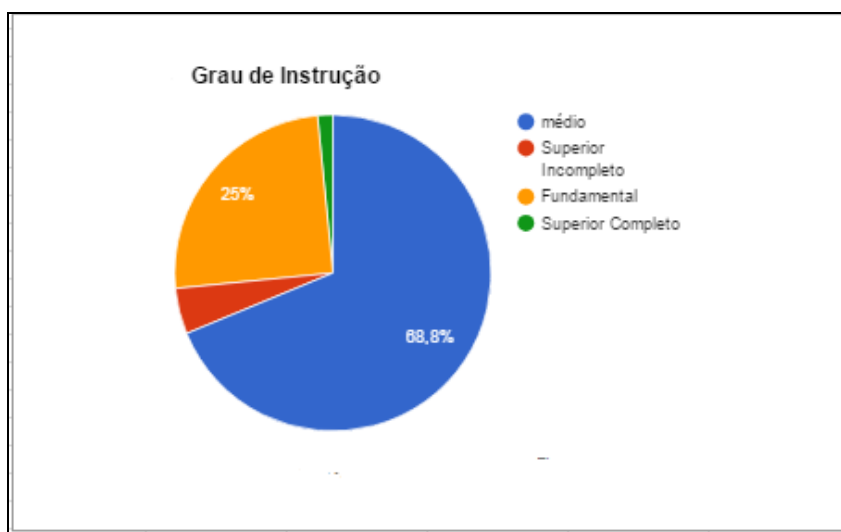
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Entre os locais de coleta de dados, a região da orla de João Pessoa/PB se mostrou mais proeminente, visto que encontra-se um grande fluxo de turistas devido aos estabelecimentos lá localizados; ou seja: hotéis, bares, restaurantes e atrações turísticas diversas. O segundo local com mais trabalhadores entrevistados foi o Pôr do Sol do Jacaré, que possui um centro turístico com diversas atrações para os visitantes que buscam conhecer o pôr do sol que é conhecido nacionalmente.

Os locais com menos trabalhadores entrevistados foram o Centro Histórico na Praça Antenor Navarro, conhecido pela vida noturna e por festas populares entre o público jovem e eventos culturais como edições do Grito do Rock, shows de pequenas bandas de rock regionais e festas voltadas ao público LGBT, além dos tradicionais bares da região.

4.1.4. Grau de Instrução

Gráfico 7: Grau de Instrução



Fonte: Pesquisa direta (2017).

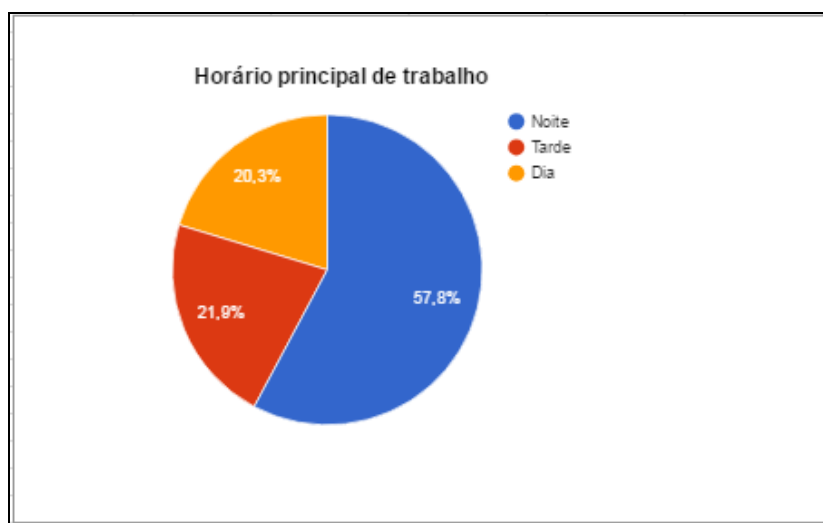
Os graus de escolaridade identificados, de acordo com os dados do Gráfico 7, mostram que uma ampla maioria é de ensino médio completos e incompletos, e outros 25% de fundamental completos ou incompletos, evidenciando que a maioria desses trabalhadores não possuem um grau de instrução elevado. Corroborando com o achado de pesquisa, Kon (1995) destaca que nas atividades informais, no geral, a maior proporção de trabalhadores tem escolaridade média ou baixa.

Não foi evidenciado na pesquisa, diferenças de escolaridade entre homens e mulheres, em detrimento da realidade apontada em pesquisas do IBGE (2010), que aponta uma hegemonia do grau de escolaridade em todas as faixas de instrução.

A participação da mulher no mercado de trabalho está intrinsicamente ligada à necessidade de independência e complemento da renda familiar (SORJ, 2005). O autor também afirma que elas possuem uma maior escolaridade devido à entrada tardia no mercado de trabalho e necessidade de inserção por uma qualificação maior. Esses retratos apontados pelo autor não foram identificados na pesquisa, pois não se constatou diferenças relevantes quanto escolaridade e gênero entre os entrevistados, a diferença identificada foi na categoria de trabalho que veremos mais à frente.

4.1.5. Horário de Trabalho

Gráfico 8: Horário Principal de Trabalho



Fonte: Pesquisa direta (2017).

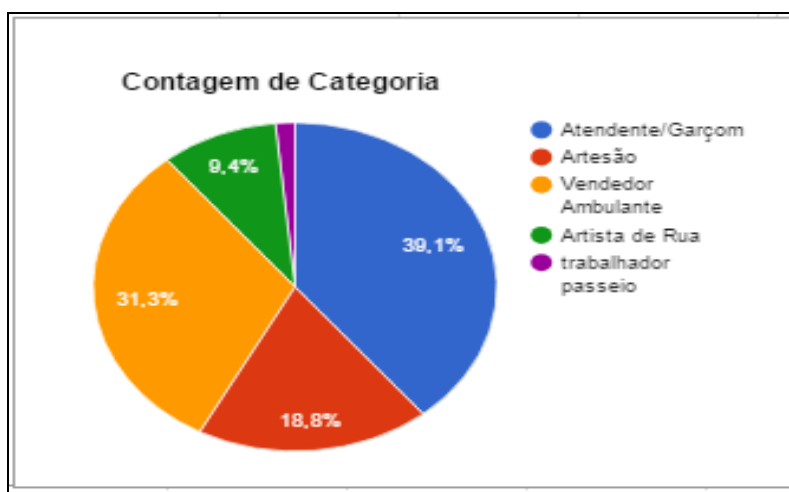
A maioria dos entrevistados, como mostra os dados do Gráfico 8, trabalha principalmente no turno da noite, devido à intensa vida noturna da região da orla, e os bares da região do pôr do sol do Jacaré; além da já conhecida vida noturna da Praça Antenor Navarro no centro histórico da capital.

O trabalho noturno é regulamentado na Consolidação das Leis Trabalhistas CLT, ele por ser considerado mais penoso para a trabalhador tem um tratamento diferenciado. A constituição define no seu artigo 7º, inciso IX, trabalho noturno como o exercido entre as 22:00 e 05:00, estabelece que são direitos dos trabalhadores urbanos receber, inclusiva, 20% a mais nessa modalidade de horário.

Dentre estes trabalhadores, há uma insegurança quanto ao direito do adicional noturno e de cuidados específicos que precisam no que tange a saúde e segurança do trabalho, sendo a atividade desenvolvida em horários não convencionais prejudiciais ao ciclo do sono, exposição à insegurança pública, além de outras indisposições naturais que teriam se o trabalho fosse realizado de dia.

4.1.6. Categorias de Trabalho

Gráfico 9: Contagem de Categorias



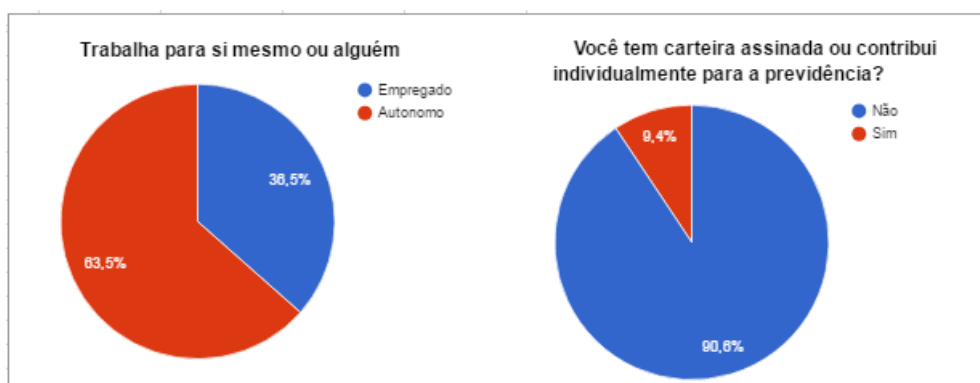
Fonte: Pesquisa direta (2017).

As categorias identificadas na pesquisa são majoritariamente de atendentes de bares e garçons, bem como de vendedores ambulantes que em todos os locais entrevistados atuavam visando atender ao público de turistas e moradores locais que estavam na vida noturna com a finalidade de, basicamente, entretenimento.

A terceira categoria mais identificada foi de artesãos. Estes são de número expressivo, principalmente, na região da feirinha de Tambaú, que contém ao menos 03 (três) centros de artesanato onde eles podem desenvolver, expor e vender suas peças. E em menor número, foram entrevistados os artistas de rua que atuam, prioritariamente, no pôr do sol do jacaré e na extensão da orla de Tambaú.

4.1.7-8. Tipo de Relação de Trabalho e Regularização

Gráfico 10 e 11. Para quem trabalha e Situação de Contribuição com Previdência



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Durante a pesquisa foi questionado aos participantes se o trabalho exercido era para si próprio, como autônomo ou se era uma relação de trabalho para outrem, a maioria afirmou que trabalhava para si mesmo. Percebe-se nos dados do Gráfico 10 que em sua grande maioria se trata de trabalhos temporários, realizados em fins de semana e, geralmente, visando o complemento de renda como será mostrado posteriormente em outros pontos analisados.

Pode-se observar, também, o principal número da pesquisa que mostra a insegurança legal e de relação de trabalho nesse tipo de ocupação, ainda apresentada no Gráfico 10, cerca de 91% dos entrevistados não tem vínculo empregatício com o patrão ou contribui para previdência como empreendedor individual, sendo este dado bastante preocupante pois torna esta atividade totalmente desassistida do poder público e dos patrões caso existam.

Este dado obtido mostra que o Setor turístico da Região Metropolitana de João Pessoa, possui taxas muito elevadas em comparação à média nacional, que ao somar autônomos e informais não ultrapassa 41%, segundo os dados do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (2006).

Esta constatação do grande número de trabalhadores informais e sem vínculo empregatício é preocupante no âmbito social e econômico destes trabalhadores, Beltrão (2010, p. 15) destaca em seu texto esses prejuízos no trecho:

[...] a condição de cidadania (dos trabalhadores informais) não é universal em nosso país e está associada ao modo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais [...] que ao ingressar no trabalho informal se tornam cidadãos de segunda classe.[...].

Também, pode-se observar uma realidade descrita por Machado (2009) que aponta os números brasileiros de informalidade como natural na economia, de grande importância devido aos cenários estruturais que favorecem uma cultura de manutenção desta situação precária entre os trabalhadores.

4.1.9-10 Suficiência de Renda

Gráfico 12 e 13: Suficiência de Renda e Nível de Renda



Fonte: Pesquisa direta (2017).

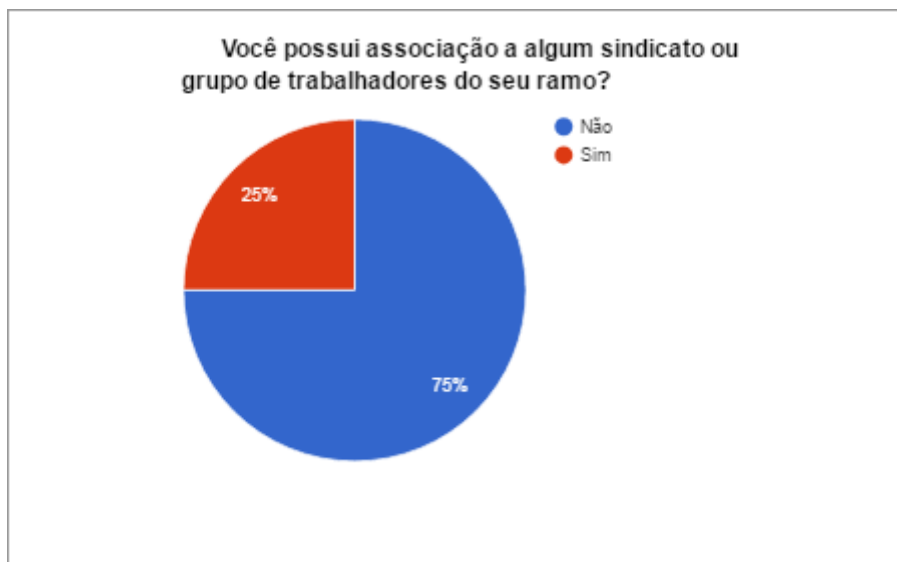
A indagação a respeito da renda adquirida na função tem que ser observada olhando as entrelinhas de dados fornecidos em outras respostas, posteriormente será mostrada que a atividade desenvolvida no setor turístico é, para grande parte dos entrevistados, apenas uma de outras que são realizadas, e muitas vezes é uma atividade secundária, tratada apenas como complemento de renda. Desse modo, muitos declararam que não daria para viver apenas dessa atividade, pois os ganhos não seriam suficientes para sustentar a família. Porém, não é possível afirmar que estes trabalhadores que declararam não receber mais de um salário mínimo vivam em condição de precariedade de renda já que outras atividades também são desenvolvidas.

A maioria dos entrevistados declararam que não chegam a ganhar um salário mínimo nessa atividade devido ao horário reduzido de atuação, sendo em sua grande parte mais desenvolvida nos fins de semana e feriados, outros declararam que apesar de trabalhar nesses horários conseguem ter uma renda superior a um salário mínimo.

Esse fenômeno é observado no estudo de Jakobsen (2000), no qual afirma que em áreas urbanas em âmbitos regionais que presenciaram um crescimento na última década, o trabalho que envolve mão-de-obra pouco qualificadas, que geram pequenas rendas, são fora do âmbito regular produzem empregos instáveis e com baixa produtividade resultando em rendas inferiores à média dos trabalhadores formais no geral, e até os trabalhadores formais com rendas inferiores buscam nessas atividades um complemento de renda.

4.1.11. Representatividade Coletiva

Gráfico 14: Representatividade Coletiva



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Esse aspecto de que a maioria dos trabalhadores não possui representatividade de sindicatos ou associações traz malefícios para os trabalhadores, visto que unidades coletivas têm maior poder de barganha com empregadores e governo. Dos grupos de trabalhadores entrevistados, os que afirmaram possuir associação com algum grupo coletivo foram apenas os artesãos. Estes que por fazerem parte do grupo de artesões da Paraíba, têm atividades que buscam o desenvolvimento das pessoas envolvidas neste nicho de mercado.

Corroborando com esse achado, Kupfer (1988) afirma que a falta de identidade e representatividade foi uma das principais causas de marginalização dos direitos do trabalhador, segundo a Convenção 135 da OIT, deixando claro que a individualização dos acertos quanto as questões de trabalho são extremamente prejudiciais ao trabalhador.

Esse dado é bastante relevante, pois mostra que está de acordo com as tendências apontadas por Oliveira (2000), ao afirmar que estudos realizados pelo IBGE mostraram que 48% da população economicamente ativa não possui contrato de trabalho ou vínculo empregatício, são extinguidos de identidade coletiva e o subemprego se torna a regra.

Por outro lado, Malaguti (2000) afirma que não há uma regra quanto à identificação dos trabalhadores naquela função, muitas vezes por se tratar de um complemento de renda a opção do trabalhador de se inserir e retirar deste tipo de trabalho é comum no entorno dessa situação de informalidade. Porém, o autor também destaca a não banalização da necessidade da ideia da coletividade para que o conjunto de trabalhadores não se reduza a partes.

1.4.12. Fonte de Renda

Gráfico 15: Fonte de Renda



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Este ponto da pesquisa aponta um protagonismo destes trabalhadores quanto à responsabilidade de ser a fonte de renda da família, 75% são responsáveis pelo sustento, levando à tona a importância desse trabalho desenvolvido no setor turístico, mesmo que seja de forma secundária ou complementar. Quando essa realidade é levada para o âmbito de mulheres como força de trabalho, Beltrão (2010) destaca o seguinte apontamento quanto ao fato da inserção das mulheres nesse tipo de trabalho visando o sustento da família:

[...] Se antes as mulheres menos qualificadas desempenhavam atividades informais e precárias por tradição cultural, hoje o fazem por falta de alternativas. Responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado elas desenvolvem "bicos" para complementar a renda dos maridos ou como chefes de família e mães solteiras, submetendo-se a ocupações profissionais sem carteira, subempregadas quanto autônomas [...].

Já Almeida (2013), por outro lado, mostra que as atividades por mais que sejam em busca

de um sustento para a família podem ser frutos de uma escolha própria devido alguns benefícios que este tipo de trabalho apresenta, ela destaca este ponto de vista no trecho:

“[...] O trabalho informal se tornou uma alternativa, que pode até agradar ao trabalhador por algumas vantagens, como fazer seu próprio horário de trabalho, não estar sob a pressão de um patrão e a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior do que com um trabalho formal onde também teria que seguir as regras do empregador e um horário determinado. Eleva até sua auto-estima, porque ele pode dizer que tem um emprego e passa a ter mais respeito do que alguém taxado como “vagabundo” [...].

Estes dois dados obtidos apesar de mostrarem uma realidade que expõe interpretações quanto aos benefícios e malefícios ao trabalhador, é impossível negar a importância desta atividade para essas pessoas. Dentre os entrevistados, estes 75% da população pesquisada depende diretamente destes trabalhos para o sustento da família, pois são o principal provedor do lar e estarão nesta atuação independente dos cenários adversos que se apresentam na economia e vida cotidiana.

4.1.13. Saúde e Segurança do Trabalho

Gráfico 16: Saúde e Segurança do trabalho



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Outra possível precarização pesquisada, foi quanto à saúde e segurança do trabalho. Indagou-se aos trabalhadores se as funções que eles exerciam traziam algum malefício para a

saúde, sua grande maioria afirmou que não; por ser um trabalho desenvolvido principalmente nos fins de semana. A não-regularidade da rotina de trabalho favorece os números que tornam um trabalho pouco insalubre, porém é necessário ressaltar que apesar deles não terem problemas recorrentes por exercício da função horas longas de trabalho noturno trazem malefícios à longo prazo.

Estes problemas de saúde em ocupações noturnas, Rontenberg (2001) ressaltar esses prejuízos para estes trabalhadores explicando as reações fisiológicas no trecho:

[...]. Quando uma pessoa trabalha à noite, ela passa a dormir de dia, mas outros ritmos biológicos (o de temperatura, por exemplo) não se modificam instantaneamente, o que leva à chamada dessincronização interna. Isso se manifesta quando a pessoa tenta dormir de dia, mas se sente alerta: na realidade, ela precisa repousar no momento em que seu corpo se prepara para a vigília [...].

Também, é destacado pela autora o impacto na saúde das mulheres que como é de conhecimento de todos exercem uma dupla jornada de trabalho, e com isso suas atividades domésticas e profissionais impactam diretamente no ritmo biológico delas, visto que a reposição de sono em horas alternativas muitas vezes não é eficiente devido a essas ocupações secundárias, além da natural e constante presença de ruídos do horário diurno.

4.1.14. Treinamento

Gráfico 17: Treinamento Prévio



Fonte: Pesquisa direta (2017).

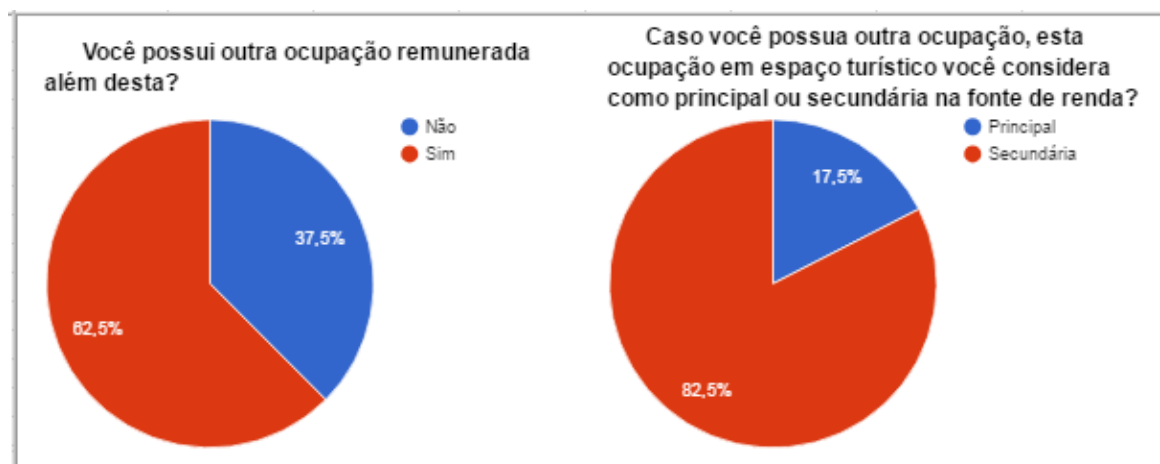
A questão de treinamento busca identificar o grau de precarização por exercício de função sem treinamento, este é dado pela OIT como um fundamento da precarização, porém devido às atividades desenvolvidas na região da orla possuírem execuções simples nas quais não demandam grandes treinamentos ou prejuízos pela sua ausência, essa precarização se torna pouco relevante nesta realidade.

Ainda, pode-se destacar que o grupo mais bem treinado é o de artesãos, pela própria natureza da função sua grande maioria afirmou que antes de iniciar na profissão ou durante seu início tiveram treinamentos para o desempenhar do trabalho.

Esta precarização foi constatada e está diretamente de acordo com o que a OIT apontou, contudo olhando precisamente para os tipos de atividades desenvolvidas, elas são de simples execução e não precisam de um treinamento específico já que a própria ausência dele não traz prejuízo algum para os trabalhadores deste setor.

4.1.15-16 Participação como Complemento de Renda

Gráfico 18 e 19: Participação como Complemento de Renda



Fonte: Pesquisa direta (2017).

Essas duas últimas perguntas do questionário têm como objetivo observar o nível de protagonismo das atividades informais desenvolvidas no setor turístico como fonte principal de renda desses trabalhadores.

Ao se tratar do comércio de ambulantes, estes, considerados trabalhadores que exercem a função de forma secundária, Beltrão (2010) destaca a natureza da atividade dentro da economia:

“[...] Como as demais atividades ligadas à economia informal, o comércio ambulante não se apresenta como um fenômeno transitório fadado a desaparecer num futuro previsível da economia nacional e mundial. Essa atividade se caracteriza por ser uma estratégia de sobrevivência ou subemprego complementar. [...]”

Assim, pode-se observar que sua maioria 62,5% alegaram que possuem outras atividades além daquelas desenvolvidas principalmente nos fins de semana e feriados e nesse grupo quando indagados se aquela função era primária ou secundária na fonte de renda uma grande maioria de 82,5% deste grupo alegou que se tratava de uma atividade secundária, deixando claro a natureza de complemento de renda na qual os trabalhadores almejam ao ingressar nesta modalidade informal de trabalho.

Toda pesquisa desenvolvida foi de grande valia, pois mostrou dados claros de como são dadas as relações de trabalho e problemas dos trabalhadores informais do setor turístico. Também, pode-se destacar como é interessante ver que, apesar de estar em realidade nacional e semelhante em muitos aspectos com outros tipos de trabalhos informais, há nuances e detalhes que não estão na média da população em geral.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa poderá servir de base para fundamentar e desenvolver novas e mais específicas constatações sobre o setor, partindo de pressupostos que foram esclarecidos nesta monografia. Assim ao conhecer mais de perto estes trabalhadores enfatizar a necessidade de ações visando melhorar a vida deles.

Capítulo V - Conclusões da Pesquisa e recomendações para trabalho futuros

“Se Deus não existisse, seria preciso inventá-lo”.

Voltaire

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa aplicada, pode-se chegar com sucesso aos resultados propostos na problematização, partindo dos objetivos específicos podemos destacar os resultados sendo estes os seguintes:

5.1 Verificar o Perfil do trabalhador informal do setor turístico da RMJP:

O trabalhador informal do setor turístico da RMJP é em sua maioria composta por mulheres, e estes trabalhadores, no geral, estão em maior quantidade na região da orla e pôr do sol do Jacaré, nas posições de atendentes de bares e estabelecimentos assim como no mercado ambulante de comidas e bebidas pela região.

5.2 Rastrear qual o nível de informalidade no setor turístico da RMJP

O nível de informalidade entre estes trabalhadores é extremamente alto, chegando a números próximos dos 90% de informalidade, destacando como a área ainda é desprovida de relações de trabalho saudáveis que beneficiem os trabalhadores.

5.3 Identificar quais as principais precarizações para o trabalhador do setor turístico

Partindo das sete dimensões de precarização do trabalho definidas pela OIT, pode-se destacar, a partir dos resultados obtidos, as seguintes as que mais afligem os trabalhadores são as seguintes:

- Precarização de Insegurança no Trabalho;
- Precarização de Segurança e Saúde do Trabalhador;
- Insegurança de Renda;
- Insegurança de Representação.

A Insegurança de Reprodução e Treinamento foi constatada, porém não representa um forte traço de precarização neste setor devido às atividades majoritárias serem de simples execução não demandando treinamentos específicos.

5.4 Expor quais as causas ou motivações da realização do trabalho informal.

A principal motivação dos trabalhadores informais a ingressar e manter este tipo de trabalho, é visando o complemento da renda familiar, tendo esta forma de atuação principalmente nos fins de semana e feriados; e em segundo plano são pessoas que exercem como forma principal de renda, esses perfis estão de acordo com as pesquisas mostradas e com os referenciais teóricos apresentados durante a pesquisa.

Logo, neste Documento monográfico pode-se perceber a importância do trabalho para o homem em sociedade. Este elemento da natureza humana está presente desde seus primórdios e através dele há a propulsão do desenvolvimento, não só material, mas das relações sociais, humanas e políticas.

Dada a importância deste elemento humano, viu-se a necessidade de estudar como esse trabalho estava sendo desenvolvido na população que utiliza do turismo em nossa cidade como geração de renda, graças ao potencial turístico da capital paraibana as atividades nos pontos turísticos são a fonte de sustento de muitas pessoas, estas que são acima de tudo seres humanos, têm anseios, dificuldades, privações, motivações pessoais e necessitam de uma atenção maior.

A ausência de dados quantitativos e qualitativos a respeito do turismo na capital e principalmente dos trabalhadores que nela atuam são preocupantes, visto que são essas informações que possibilitam ações visando a melhoria das situações encontradas, o trabalho proposto pôde de alguma forma dar um norte para estudos posteriores, através dele pudemos ver quais as principais precarizações que afetam essa população e o perfil delas.

Foi de grande valia ter uma experiência com estes trabalhadores em seu local de trabalho e na atuação pura do seu sustento, podemos ver que são pessoas esforçadas e que buscam o melhor para sua família através destes trabalhos e que é de fundamental importância um melhor apoio para eles.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Goretti ; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos. **O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual** . In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social , 2. Fortaleza: [s.n.], 2013. p. 1-18. v. 1.
- BELTRÃO, Myrian Matsuo Affonso. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-05032010-130328. Acesso em: 2017-05-11.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. p. 282
- CACCIAMALI, Maria Cristina, **Globalização e processo de informalidade**. São Paulo, Texto para Discussão No 01/2000, IPE/USP, 2000.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, Ed. IPE/USP, 1983.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar. 2017.
- COCHRAN, William G. **Técnicas de amostragem**. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1965.
- CLT – Consolidação da Leis Trabalhistas, de 1º de maio de 1943. **Aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943
- DRUCK, Graça. Trabalho precarizações e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador , v. 24, n. 01, p. 37-51, ago. 2011.
- FORBES, D.K. **O emprego e o setor informal**. In: ***Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 288-296
- IPEA; MTE. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, v. 24, Brasília: IPEA/MTE, 2004
- GONÇALVES, M, A; A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em presidente prudente- SP. (Dissertação de mestrado apresentada na FCT/ UNESP) Presidente Prudente, 2005
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PAS - Pesquisa Anual de Serviços**, 2014. [online] disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pass/pas2014>>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **“A Síntese dos Indicadores Sociais” - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira” – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015..** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/pnad>> Acesso em: 2017

IDB, Inter-american Development Bank. Inter-american development bank annual report 2006. **Annual reports 2006**, Washington, n. 1, p. 74, jun. 2006.

JAKOBSEN, K. et al. (orgs.). **Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KALLENBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário, um desafio global. **Revista brasileira de ciências sociais**, Brasília, v. 24, n. 69, p. 4, abr. 2010.

KINNEAR, Thomas C. & TAYLOR, James R. **Marketing research: an applied approach**. Mc Graw Hill. 1979.

KON, Anita, **“Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro”** em Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, João Pessoa, 2004.

KON, Anita, **A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional**. Brasília, SESI, 1995.

KUPFER, José Paulo; SERRANO, Luiz Roberto. **A hora da verdade**. Revista Isto É, p. 68, 17 set. 1980, citado por Walküre Lopes Ribeiro da Silva apud **Representação e Participação dos trabalhadores na gestão da empresa** – São Paulo: LTr, 1988, p. 167

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD, 2010, p. 36.

MACHADO, Ana Flavia; HIRATA, Guilherme Issamu. **Conceito de Informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia** : subtítulo do livro. 1 ed.: IPEA, 2007. p. 23-26

MACHADO, A. F.; PENIDO, M. **Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por contapropria no Brasil metropolitano (1997 a 2001)**. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9, 2005, Recife. Anais. São Paulo: Abet, 2005

MALAGUTI, L. M. **Crítica à razão informal: A imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 4 ed Brasil: Bookman Companhia Editora, 2006.

NERI, M. **Diretos trabalhistas, encargos e informalidade**. *Conjuntura Econômica*, p. 38-41, set. 2000

NUNURA, Juan Bautista Chully, **Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989**, São Paulo, IPE/USP, Tese de Doutorado, 1992.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da praxis**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). A OIT e a economia informal o trabalho digno e a economia informal. **Resolução da 15ª conferência internacional de estatísticos do trabalho**. Lisboa, p.45. abr. 2005 disponível em:

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

OLIVEIRA, Francisco; STÉDILE, João P; GENOÍNO, José. **Classes sociais em mudança e luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Seminário Socialismo em discussão).

PENA, Rodolfo F. Alves. **"População Economicamente Ativa – PEA e Desemprego entre Jovens"**; São Paulo, IPE/USP, 2008.

PERRY, G. E. et al. Informalidade: saída e exclusão. **Estudos do banco mundial sobre a américa latina e o caribe**, Washington, n. 1, p. 142, jul. 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROESCH, Sylvia M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROTENBERG, Lúcia et al . **Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia**. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 639-649, June 2001 .

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertações**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distancia da UFSC, 2001.121p.

SORJ, Bila. **Percepções sobre esferas separadas de gênero**. IN: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (ORG). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.79- 88.

TANZI, Vito, **The Underground Economy in the United States and Abroad**, New York, Lexington Heath Works, 1982.

WOLECK, Aimoré. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. **Instituto Catarinense de Pós Graduação, Florianópolis**, abr. 2010. Disponível em:

<<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

APENDICE

Modelo do Questionário

Este questionário é de objetivo acadêmico e todas informações aqui coletadas serão impessoais e se manterão seus resultados individuais em sigilo.

1. Gênero _____
2. Idade _____
3. Local de Trabalho _____
4. Grau de Instrução _____
5. Horário principal de trabalho _____
6. Categoria de função
 - a. Atendente/Garçom
 - b. Artista de Rua
 - c. Artesão
 - d. Vendedor Ambulante
 - e. Trabalhador de Passeios
7. Você trabalha para si mesmo ou para alguém?
 - a. Autônomo
 - b. Empregado
8. Você tem carteira assinada ou é contribuinte individual da previdência?
 - A. Sim
 - b. Não
9. Você considera que seus ganhos nessa função são o suficiente para você sobreviver?
 - a. Sim
 - b. Não
10. Seus rendimentos de um mês na função somam mais de um salário mínimo?
 - a. Sim
 - b. Não
11. Você é associado à algum sindicato ou organizações de trabalhadores do seu ramo?
 - a. Sim
 - b. Não
12. Você é a principal fonte de renda da sua casa?
 - a. Sim
 - b. Não
13. Você considera que sua função traz algum malefício para sua saúde?
 - a. Sim
 - b. Não

14. Você recebe/recebeu algum treinamento para o exercício da sua função?
a. Sim b. Não
15. Você trabalha nessa função por opção ou por precisar do rendimento financeiro?
a. Opção b. Necessidade
- a. Sim b. não c. não sabe opinar
16. Caso você possua outra ocupação, esta ocupação em espaço turístico você considera como principal ou secundária na fonte de renda?
a. Principal b. Secundária
17. Você possui outra ocupação remunerada além desta?
a. Sim b. Não